

Este artigo pretende ser uma contribuição para a teoria e a clínica psicanalítica que se opera em torno dos pais, dos bebês e de profissionais. Tratamos do processo da idealização, acerca da figura da mãe, tal como manifestado na fala de enfermeiras. Diante deste, apontamos os perigos de sua manutenção, bem como a urgência em trabalhá-lo.

Mãe pré-edípiana; idealização; UTI neonatal; tratamento

BETWEEN FASCINATION AND HORROR IN THE CLINIC WITH MOTHER AND BABY

This article intends to be a contribution for the theory and the psychoanalyst clinic that happens around the mothers and fathers, the babies and the professionals. We treat the process of idealization about the mother's figure, as well as the expression of the nurses' speech. In concern of that we show the dangerous of this maintenance and urgency in work it out. Pré-Edipic mother; idealization; ICU neonatal; treatment

ENTRE O FASCÍNIO E O HORROR: UM ESTRANHAMENTO NA CLÍNICA MÃE E BEBÊ

Léa Maria Martins Sales

“Minha mãe me dava muito... Me dava para todos os vizinhos, mas eu sempre voltava para casa. Eu precisava tanto dela que lhe roubei um vestido, para ficar sentindo seu cheiro. Até que um dia ela me deu para uma mulher que morava muito longe de casa, e eu não soube mais voltar. Agora, como saberei o que é ser mãe, só no cheiro?”

Mônica, 28 anos

UM ESTRANHAMENTO

O presente ensaio é uma tentativa de contribuir para a discussão, tanto teórica quanto

■ Psicanalista, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, professora da Universidade Federal do Pará, coordenadora do Projeto Integrado Ensino, Pesquisa e Extensão Mulher e Procriação. Diretora do ACOLHER – Instituto de Pesquisa, Formação e Atendimento Multidisciplinar, de Cunho Preventivo, Aplicado à Saúde Integral da Mãe, do Pai e do Bebê.

clínica, em torno de questões que o atendimento à mãe e ao bebê tem imposto aos psicanalistas.

Podemos dizer que a mãe e a criança, para a psicanálise, são figuras que não se encerram numa representação real. Deve-se levar em consideração o fato de que são personagens fundamentais da mitologia, da religião, da literatura. Além disso, mãe e criança, nessa condição de potência mítica, estão presentes nos valores contemporâneos, interferindo, com vigor, na maneira de olhar, de escutar, de falar, sem esquecer, ainda, o misto de fascinação e horror que essas figuras suscitam em nós.

Numa escuta mais atenta na clínica, nos damos conta do quanto essa mãe e essa criança, enquanto símbolos emblemáticos, animam nossos propósitos de estar junto a elas, para delas cuidar, salvar, amparar, acolher etc. É uma maneira, entre outras, de manter acesa a chama desses fantasmas em nós mesmos, pois a fantasia nos presenteia com a ilusão de que a proximidade com esses significantes produz a mágica sensação de sua presença em nós.

Houve um tempo em que o universo infantil nos impressionava, tão insistente era a idéia de algo paradisíaco. O trabalho numa pré-escola durante três anos possibilitou-nos levantar o véu e, com isto, descortinar aquilo que vislumbrávamos como o “paraíso infantil”.

A dissertação de mestrado *A negação do mal. As idéias de infância no imaginário adulto: um processo de idealização* foi a desconstrução, a duras penas, de um processo ilusório. Foi assim que, procurando encontrar essa “infância” nos espaços infantis, acabamos por descobri-la como uma produção imaginária, e portanto narcísica, dos adultos. Dessa feita, nesses espaços, como Alice no País das Maravilhas, caímos num buraco e, quando despertamos, já devaneávamos naquilo que era a saga dos adultos, ou seja, o investimento, desesperado, em fazer retornar nossa criança imaginária - feliz, inocente, autêntica, inteligente, militante da liberdade, sem maldade e assexuada. Armamos, para isso, um cenário, ao modelo de um “éden”, à altura de poder abrigar a encenação desse acontecer, para que nós, como *voyeurs* apaixonados, assistíssemos maravilhados à reaparição - como uma assombração - daquilo que “juramos” (choramos) ter perdido.

Num instante de lucidez, admitimos o que fazíamos: elegíamos essa criança como representante, mais fiel, de tudo que lamentávamos ter perdido com o amadurecimento. Visionariamente lhes atribuíamos a função de nos libertar da cruel realidade da finitude, da incompletude, do esquecimento da origem, da incerteza do amanhã.

É interessante notar que uma das razões sentimentais alegadas pelos adultos para “trabalhar” com crianças é a esperança de ficar mais perto desse paraíso e, assim, se contagiar com a alegria, a autenticidade e o conforto do descompromisso.

Na dissertação de mestrado, ao perguntar às mulheres educadoras sobre o que viria a ser a infância, penso que elas respondiam conforme o que as movia: o desejo de ser mãe de um filho imaginário. Falavam, assim, do bebê do tempo da unidade absoluta, da completude, da fusionalidade com o *Nebemensch*¹. Porém ali, em suas respostas, já anunciavam e se ofereciam ao trabalho de suporte do grande Outro. Onde só uma superoutra enquanto “Suficientemente boa” poderia sustentar o advir de um sujeito.

A FASCINAÇÃO: A MÃE ORIGINÁRIA DA PSICANÁLISE

No artigo sobre a feminilidade, Freud (1933[1932]) distinguiu duas figuras de mãe, denominadas por ele de camadas identificatórias: “A pré-ediapiana, sobre a qual se apóia a vinculação afetiva com a mãe e esta é tomada como modelo, e a camada subsequente, advinda do Complexo de Édipo, que procura eliminar a mãe e tomar-lhe o lugar junto ao pai” (p.133).

Pode-se dizer que a mãe mitológica da psicanálise é a mãe pré-ediapiana, do tempo da fartura, da abundância. Do possuir tudo e de poder dar tudo. De preencher e ser preenchido. Tempo da felicidade absoluta e infinita. Tempo da fantasia de unidade com o outro.

Mathelin (1998)², em seu último livro sobre a clínica psicanalítica com bebês prematuros, reporta-se a esse tempo mítico: “Desde a aurora dos tempos, o olhar dos homens, sobre esse momento de sua história, está marcado de enternecimento. O mito cultivado há milhares de anos pela religião, pela literatura, pela poesia evoca a felicidade perfeita. Para a humanidade inteira é o mito do paraíso perdido. É a nostalgia do todo, o sonho de se fundir com o Outro ao ponto de fazer senão um com ele, de o preencher e de ser preenchido” (p.15).

Tempo em que, apesar da ambivalência constitutiva e própria do regime de dualidade, reinaria uma singular harmonia, uma perfeita sincronia na oposição atividade-passividade, tempo próprio da lógica desse período.

Cada uma das personagens da trama mãe e bebê combinam, num acordo tácito, fazer com o outro, ou por meio de um ou-

tro, tudo aquilo que é ou foi feito consigo mesma. Desse tempo de ligação exclusiva e afetuosa com a mãe, diz Freud: “A relação da atividade com a passividade é especialmente interessante. Pode-se facilmente observar que em todo campo de experiência mental, não simplesmente no da sexualidade, quando uma criança recebe uma impressão passiva, ela tende a produzir uma reação ativa. *Tenta fazer ela própria o que acabou de ser feito a ela*” (1931, p.244)³.

Afirma-se que a fase pré-edipiana é a fase de relação exclusiva com a mãe, uma vez que o pai figura como o intruso, presente, desde sempre, no desejo da mãe, mas negligenciado no desejo do filho: “Não devemos, porém, desprezar o fato de que o que nisso encontra expressão é o lado ativo da feminilidade e que a preferência da menina por bonecas provavelmente constitui prova da exclusividade de sua ligação à mãe, com negligência completa do objeto paterno” (1931, p.245).

Nela, a trama amorosa obedece à lógica fálica, exigente e insaciável: “O amor infantil é ilimitado; exige a posse exclusiva, não se contenta com menos do que tudo” (1931, p.239).

Poderíamos finalizar afirmando que a Mãe Originária, mitológica, da psicanálise, como qualquer mito, só poderia ser uma figura todo-poderosa e infalível, pois capaz de suportar e sustentar no olhar, na voz e nos braços as demandas e desmandos de “sua majestade, o bebê”, exigente, exclusivista e insaciável.

O LABOR: O CAMINHO PSÍQUICO PARA ASCENDER À POSIÇÃO MATERNA

Segundo a hipótese clássica da psicanálise, tal como construída por Freud, no texto sobre a feminilidade, desejar ser mãe e desejar ter um filho constituem-se em tempos diferentes. Tais desejos, é bom não esquecer, são inconscientes e carregam consigo os dramas da fantasmática infantil.

Os textos freudianos parecem indicar que é na fase pré-edipiana, fase de ligação exclusiva com a mãe, anterior à castração, e quando “as exigências de amor de uma criança são ilimitadas; exigem exclusividade, e não toleram partilha” (1933[1932], p.123), que a menina formularia o desejo de *ser* mãe, fruto do processo de identificação com a Mãe Originária. Freud gostava de ressaltar que tal vinculação ainda seria de ordem profundamente afetuosa. Assim é que, exercendo sua posição ativa, a criança faria com o brinque-

do - indiretamente - tudo aquilo que sua mãe fez ou faz com ela. Dessa maneira, identificando-se à mãe, exercendo-se tal como ela, estaria a criança formulando o desejo de ser mãe, tal como sua mãe.

“A fase da ligação afetuosa pré-edípica, contudo, é decisiva para o futuro de uma mulher: durante essa fase são feitos os preparativos para a aquisição das características com que mais tarde exercerá seu papel na função sexual e realizará suas inestimáveis tarefas sociais” (1933[1932], p.133).

Entre essas, presumimos ser a maternidade uma de suas realizações. Entretanto, esclarece Freud, nesse momento, a menina ainda não estaria expressando o desejo de ter um filho: “Não nos passou despercebido o fato de que a mesma desejou um bebê, anteriormente, na fase fálica não perturbada: este era, naturalmente, o significado de ela brincar com bonecas. Todavia esse brinquedo não era, de fato, expressão de sua feminilidade: serviu como identificação com sua mãe, com a intenção de substituir a atividade pela passividade. Ela estava desempenhando o papel de sua mãe, e a boneca era ela própria, a menina: agora ela podia fazer com o bebê tudo o que sua mãe costumava fazer com ela. Não é senão com o surgimento do desejo de ter um pênis que a boneca-bebê se torna um bebê obtido de seu pai e, de acordo com isso, o objetivo do mais intenso desejo feminino” (1933[1932], p.128).

Logo, seria durante o Complexo de Édipo que a menina construiria a fantasia de realização do desejo de ter um filho. Vejamos como! A figu-

ra da Mãe passaria a funcionar, depois da descoberta da diferença anatômica entre os sexos, na condição daquela a quem falta alguma coisa e de quem a menina herdou esse mal e de quem, portanto, conviria se afastar.

Mergulhando no universo da falta, a menina se poria em busca daquilo que “preenche” a falta no desejo da mãe. Dar-se-ia, então, o encontro fundante da nova ordem – da cultura – que interferirá sobremaneira, daqui por diante, na ordem do desejo da mulher. É nessa nova organização, sob os efeitos da castração e numa atmosfera de profunda hostilidade com a mãe, que a menina formularia a fantasia de ter um filho com o pai, sem ainda se dar conta do perigo do incesto que a ronda. Para ela, esse pai seria o único capaz de repor “aquilo” que lhe falta (por meio de um filho), uma vez que já havia repostado para sua mãe – a maior rival. Para Freud, a problemática aqui seria da apropriação e da compensação, traduzida pela equação simbólica pênis (falta) = filho.

Na ampliação dessa tese, nossa experiência clínica sugere ser pertinente admitir que um filho vem, na maioria das vezes, tamponar uma falta e acelerar o processo de luto. Entretanto, não só o vazio da falta estrutural, produzido pela castração, levaria uma mulher a desejar ter e até mesmo vir a ter um filho, mas outros vazios, deixados pelas perdas ao longo da vida, tais como: abortos (espontâneos e provocados); mortes de filhos (intra-uterino, recém-nascido, criança), de pai, de mãe, de irmãos, amigos; perdas profissionais; perdas orgânicas (infertilidade), etc. E ainda, dependendo do sentido desse vazio, esse filho poderia vir embalado em maré de idealizações, mascarando ou compensando a solidão, a pobreza, a ausência de planos, perseguindo a ilusão da completude e, às vezes, até mesmo, como amuleto, para dar sorte à vida.

Durante muito tempo, na psicanálise, a equivalência simbólica (pênis = filho), enquanto reparação da castração para a menina, gozou de certa posição de suficiência para dar conta de “todas” as razões que levariam uma mulher a desejar ter um filho. Não resta dúvida do quanto os estudos sobre a problemática psíquica da procriação no universo feminino privilegiaram, sobremaneira, esse enfoque: do filho placebo, daquele que vem aliviar a dor pela falta de algo.

Contudo, o que se tenta argumentar, por ora, é que o desejo de ser mãe parece não se confundir com o desejo de ter um filho. Talvez seja por essa razão que se pode ser mãe sem, necessariamente, precisar ter um filho. Ou então que, diante de um filho, a mulher sintase muito mais absorvida pela função materna, do que propriamente enebriada pela contemplação de sua falta. É, portanto, nesse universo, das razões e dos conflitos que levariam uma

mulher a desejar ascender à posição de mãe, que se acredita ter um longo caminho a percorrer.

Quando Freud, nesse artigo de 1933[1932], expõe suas teses sobre o caminho para a feminilidade, declara, e com bastante surpresa, a descoberta da importância (em termos de estruturação psíquica e sexual, de duração de tempo e sobrevivência de fixações) da relação com a mãe - dos primeiros tempos de vida - tanto para o menino, quanto, de forma inimaginável, para a mulher. Período, portanto, como já assinalamos, de construção do desejo de ser mãe. Dizia ele: "Sabíamos, naturalmente, que houvera um estágio preliminar de vinculação com as mães, mas não sabíamos que pudesse ser tão rico e tão duradouro, e que pudesse deixar atrás de si tantas oportunidades para fixações e disposições... Em suma, fica-nos a impressão de que não conseguimos entender as mulheres, a menos que valorizemos essa fase de sua vinculação pré-edípica à mãe" (p.120).

No entanto, essa fase nunca foi um mar de rosas, como parece se impor no mito. Freud adverte, várias vezes, sobre os temores que a criança nutriria por sua mãe, por exemplo: de ser devorada, envenenada, enfim, de ser assassinada. Os desafetos não parariam por aí, uma vez que a criança cumulária, durante esse tempo, todo um rosário de queixas e acusações contra sua mãe por lhe ter sido escassa, traidora, sedutora e castradora: "...temor de ser morta (devorada?) pela mãe. É plausível presumir que esse temor corresponde a uma hostilidade que se desenvolve na criança, em relação à

mãe, em consequência das múltiplas restrições impostas por esta no decorrer do treinamento e do cuidado corporal, e que o mecanismo de projeção é favorecido pela idade precoce da organização psíquica da criança” (Freud, 1931, p.234).

Dessa maneira, não podendo se afastar da mãe, de quem sua sobrevivência dependia, não podendo também sobreviver psiquicamente diante de tanta hostilidade – por que geradora de uma galopante paranóia, em decorrência da precariedade do aparelho – a saída, para o psiquismo infantil, seria sem dúvida o recalçamento.

“Esta idéia de uma perfeita simbiose mãe-bebê, imagem de plenitude e de alegria infinita, seria ela o fruto de um *après-coup* ou o reflexo da realidade?”, pergunta Mathelin em seu trabalho (1998, p.15). Tendemos, realmente, a acreditar, como Freud, que toda essa hostilidade, mesmo que intensamente vivida pela criança de maneira afetiva, submergeria à ação do esquecimento em favor da sobrevivência psíquica da criança. “Tudo na esfera dessa primeira ligação com a mãe me parecia tão difícil de apreender nas análises – tão esmaecido pelo tempo e tão obscuro e quase impossível de revivificar –, que era como se houvesse sucumbido a uma repressão especialmente inexorável” (1931, p.234). E que só viria a ser re-significada num tempo posterior e num terreno fértil, ou seja, no Édipo, fase, por excelência, de profunda hostilidade.

Como seria então para a mulher, já na vida adulta, ascender à posição materna, mergulhada num

mar de hostilidade que teria restado de sua relação com mãe? “O afastar-se da mãe, na menina, é um passo que se acompanha de hostilidade; a vinculação à mãe termina em ódio. Um ódio dessa espécie pode tornar-se muito influente e durar a vida toda” (1933[1932], p.122).

Freud lembra que a maternidade exige da mulher passar em revista a relação com sua mãe, quer dizer, fazer um verdadeiro acerto de contas revisitando seu processo identificatório a partir do seu lugar de filha. Sendo assim, do lugar de filha da mãe, faria ela – a mulher – a construção e a projeção da mãe que gostaria de vir a ser.

“Sob a influência da transformação da mulher em mãe, pode ser revivida uma identificação com sua própria mãe, contra a qual ela vinha batalhando até a época do casamento, e isto é capaz de atrair para si toda a libido disponível” (1933 [1932], p.132).

M. Bydlowski (1995)⁴, a partir da clínica com mulheres durante a gravidez ou com problemas de infertilidade, propõe que galgar a posição materna é como que operar uma cadência entre a Sombra Materna (mãe idealizada) e a Dívida da Vida (mãe real, castrada). Para ela, duas condições tornam-se imprescindíveis: a necessidade de ter uma Sombra Materna, por um lado, justificaria tanto a imposição do recalçamento que incidiu sobre os desafetos pré-édipianos, assim como, de outro lado, sustentaria a importância, para a mulher, em manter resguardada, de forma imaginária, a figura idealizada da Mãe Originária, oriunda dos

tempos iniciais da vida, aquela dos primeiros cuidados, fonte da vida e da ternura. Condições que lhe facilitariam, sobremaneira, atender à exigência de uma inexorável reconciliação com sua mãe, a fim de que pudesse realizar, a contento, o desejo da maternidade.

A outra condição circularia em torno de uma dívida. Segundo a autora, “a vida não é um presente gratuito, mas carrega em si a exigência de transmitir essa que lhe foi dada” (p.165). Como reconhecimento dessa dívida, que poderia ser paga ou não com a procriação, a mulher precisaria admitir, por identificação, que haveria algo de sua mãe em si mesma, ou seja, o Dom de dar a vida. Processo que também implicaria aceitar essa mãe como castrada e frágil, em condições de fazer renúncias e aceitar perdas. Assim, por gratidão, a filha pagaria com uma vida aquilo que lhe foi concedido, pela mãe, apenas como uma possibilidade.

Nessa trama seria imprescindível considerar que, enquanto dívida, a devedora – filha – deveria tanto reconhecê-la, quanto desejar saldá-la. Enquanto credora, a mãe deveria também reconhecer que emprestou o Dom e, na carência, se disponibilizar a aceitar o pagamento, autorizando sua filha à procriação.

O HORROR: ENTRE DESEJAR E REALIZAR

Entre a realidade de ser mãe – enquanto experiência corporal e psíquica, de prazer, sofrimento, acertos

e desacertos aí implicados e exigidos –, de um lado, e, de outro, a produção imaginária, mitológica, idealizada em torno da figura da Mãe, parece reinar um profundo estranhamento entre o fascínio e o horror.

Se, atentos, escutarmos o constrangimento, o desconforto, as expressões de intolerância dos profissionais (com os quais dividimos o serviço em UTIs neonatais) diante das mães que desmoronam, que choram, que brigam, que não obedecem às normas, explícitas e implícitas, quando vão visitar, nos horários estabelecidos, seus bebês, nascidos prematuros. Confirmamos o que Mathelin, num trabalho de quinze anos como psicanalista em uma UTI neonatal, vem constatando: “As mães que frustram esses ideais são as mães anormais, são elas que ameaçam a harmonia da maternidade, essas que são ambivalentes” (1998, p.18).

Marisa, após ter perdido espontaneamente dois bebês, está com cinco meses de gravidez quando morre de câncer a sua mãe, que anteriormente já a amaldiçoara por tê-la abandonado para casar-se. Sofreu, durante toda a gravidez, um medo descomunal de perder, por castigo, esse bebê. Ao visitar sua filha na UTI, diante da incubadora, chorava copiosamente de emoção, de alegria por sua filha estar viva e estar sobrevivendo.

Dizia a enfermeira à psicóloga:

“Essa mãe chora muito, não faz bem para o bebê. Enquanto estiver assim, é bom não entrar”. “Essa mãe é muito estressada, é bom que não venha mais aqui, isso vai prejudicar o bebê.”

Mônica, outra parturiente, havia esbravejado contra essa enfermeira, quando, ao chegar à UTI, soube que haviam dado mamada para seu bebê pela sonda, mesmo ela estando na maternidade e tendo pedido, insistentemente, que a chamassem.

Essas mulheres-mães, como seria de esperar, não suportam os desatinos do inconsciente e transbordam, sem nenhum pudor, o sofrimento cruel da inexorável ambivalência dessa “presença simultânea, na relação com o mesmo objeto, de tendências, de atitudes e de sentimentos opostos, por excelência o amor e o ódio” (Laplanche & Pontalis, 1983, p.49). Diante do horror das cenas que são “obrigadas” a assistir, sem opção, falam desse sentimento que resvala entre querer que seu bebê sobreviva a qualquer preço, de não querer se afastar dali um segundo, ou então, de querer que aquela situação termine de alguma forma (mesmo que seja em morte), de não suportar estar ali, de não querer vir nunca mais.

Mãe: *Não vejo a hora de isso tudo terminar. Não entendo por que eu não posso montar uma UTI na minha casa.*

Tia: *Deus o livre e guarde de acontecer alguma coisa, não dá tempo de o socorro chegar, e aí, já viu, morre um outro.*

Mãe: *Doutora, a senhora sabe quanto esse menino já me custou? Um Corsa completo.*

Contudo, como nos relatos míticos, nas personagens literárias, nas expressões de encantamento dos avós, parentes e amigos, nas falas idealizadas de médicos e enfermeiros e, também, nas teorias psicológicas acerca da função materna, todos, em canto uníssono, como numa ladainha e não suportando essa mãe desmilingüida, parecem implorar seu afastamento e invocar a Mãe bondosa, meiga e abnegada; rogar sua presença poderosa e exuberante; tecer as fantasias sobre o bebê imaginário e saudável. “Se nós tomamos, por exemplo, o trabalho realizado em maternidade ou em serviço de pediatria para recém-nascido, constatamos o quanto tudo é posto para funcionar a fim de que a imagem da doçura e do amor maternal seja preservada a todo preço” (Mathelin, 1998, p.18).

Parece que esses adultos, exigentes da mãe todo-poderosa, amorosa, amante de seu bebê, não suportam a ameaça de lembrar que, um dia, estiveram no lugar desse bebê que a mãe negou e, até mesmo, de se ver no lugar da mãe que o rejeitou. Defendem-se, por assim dizer, do retorno daquilo que, faz alguns anos, lhes foi banido da lembrança. “Como se uma angústia impensável estivesse ligada à perda desta relação arcaica da criança com sua mãe” (Thomas-Quilichini, 1998, p.15).

Depois de uma conversa com Fátima, mãe de trigêmeos (um deles nasceu morto), e sua tia portuguesa, sobre a dificuldade de desempenhar a função materna, com todos os conflitos e sofrimentos que esta faz emergir, como se isso não fosse bastante e, ainda,

ter que dar conta das cobranças dos médicos, parentes etc. para representar a supermãe, feliz e abnegada, enfim, dizia a tia:

“Então, doutora, era como se eu pudesse falar assim: não, não me venha fazer lembrar disso! Diga, afirme sempre, me devolva a ilusão de acreditar que a única mãe que tive e a única que fui é a mãe fonte do amor e da vida, que nunca desamou sua cria, que nunca desejou sua morte. Caso contrário, que farei com as feridas que voltarão a purgar, os ressentimentos que emergirão, como conviver com essas lembranças hostis e dilacerantes? Sim, doutora, porque um dia todo o mundo foi negado e também renegou. Até Cristo, não foi mesmo?”

Parece que os profissionais, ao assumirem a função de guardiões da saúde do bebê, protegem, não só a este, mas também a si mesmos, das lembranças dessa mãe devoradora, escassa, sedutora, repressora, que fora recalcada e lançada nos confins da escuridão do esquecimento.

Protegendo seus bebês, protegem a si mesmas desses invasores que, com o vírus da ambivalência, ameaçam contaminar o ambiente ascético, límpido, em que reluz somente o desejo de vida e em que se desinfeta o desejo de morte, a todo momento, por constantes esterilizações ambientais. Ambiente este, resguardado de todas as podridões humanas. Enquanto isso os fantasmas dos tempos pré-edipianos, submersos num recalçamento vigoroso, pressionam, clamam pelo seu retorno e, como que enlouquecidos, vingam-se nessas mães, dilaceradas por uma fragilidade narcísica extrema.

A IDEALIZAÇÃO

É interessante notar que o mesmo mecanismo de enaltecimento que vimos manifestar-se no imaginário dos adultos educadores em relação à infância, no trabalho que levou à nossa dissertação de mestrado, parece se dar com relação à figura da Mãe, enquanto ideal. E a intransigência diante da mãe real, e seu lado insuportável, parece ficar mais exposta. Afinal, o conflito se dá entre adultos.

A idealização, segundo a psicanálise, é um processo psíquico, marcado pelo narcisismo, em que as qualidades boas do objeto são supervalorizadas, e as que desagradam são negadas. Nesse jogo de extremos, o desprazeroso, o desconfortável, o estranho acabam por sucumbir a um poderoso recalçamento, passando a existir, substancialmente, na condição de fantasmas ameaçadores.

Perguntaríamos, portanto: a serviço de que em nossa engrenagem psíquica estaria a idealização? Diríamos que estaria a serviço do recalçamento e funcionando como defesa.

Ponderaríamos ainda que a poderosa crença na mãe amorosa e perfeita, vigorosa como é nos tempos atuais, parece justificar a idealização como um mecanismo de defesa contra as pulsões destrutivas, tal como o concebeu Melanie Klein. Defesa contra o retorno das reminiscências do tempo pré-edípico, dos medos primitivos de ser devorada, abandonada etc.

Pensamos, dessa maneira, ter encontrado a justificativa para o cultivo da idealização acerca dessa mãe pré-edípica e, ao mesmo tempo, para a razão da manutenção, nos dias atuais, do mito de origem, do paraíso perdido e da Mãe enquanto figura mitológica, fonte da vida, que tudo sabe e a tudo pode satisfazer, enfim, do mito pessoal, no que diz respeito a cada sujeito.

Afirmam os antropólogos e os historiadores que os mitos são uma linguagem, em forma de relato, utilizada para traduzir maneiras de conceber a origem do mundo e dos homens. Muito se discute sobre a manutenção dessa forma mítica de traduzir o desconhecido na contemporaneidade.

Apoiados nessa formulação é que trabalhamos com a hipótese de uma equivalência entre o mito e a idealização. A idealização, seria então a tradução contemporânea de um tempo mítico, de um mundo desconhecido, pois, mesmo que existido, é vivido como perdido, por sua condição de esquecimento, depois da ação do recalçamento.

Sendo assim, na angústia diante do desconhecido, no embaraço em relação ao desconcertante esquecimento desse tempo, dessa Mãe, dessa infância, parece produzir-se, no psiquismo humano, uma atmosfera de fascinação pelo que foi perdido e que acabou por se tornar intensamente desejado e, por isso mesmo, revivido, fantasiado, delirado, alucinado, numa forma deliciosamente prazerosa.

Entretanto, sabemos que tanta euforia insiste em esconder, em negar o medo, o horror não só do desconhecido, mas de tudo que nos causa desprazer, sofrimento, e que, portanto, abominamos.

OS RISCOS: MORADA DOS PERIGOS

Vislumbramos a urgência em trabalhar com as idealizações na clínica precoce porque acreditamos que elas carregam um barril de pólvora, prestes a estourar. Sob a aparente calma no mar das idealizações sobrevive a tormenta da ambivalência, indicando perigo à vista.

Até onde nos foi possível trabalhar, pudemos identificar três ordens de perigo:

- a) A valorização do amor fusional: a mãe mortífera

A “boa mãe” seria aquela que, sob qualquer tentação e dissabor, ainda assim, continuaria amando privilegiadamente seu filho. Seria a mãe dos investimentos em demasia, a “mãe fartante” (como nomeia Jerusalinsky), ou a “mãe psicotizante” (como a psicanálise já nos evidenciou pela clínica da psicose), que, para o bem da saúde psíquica e orgânica dos dois – mãe e bebê –, sabemos, precisaria ser interdita de alguma maneira.

Segundo Mathelin, “Jacques Lacan nos lembra que é desse desejo aí que as mães terão de testemunhar para escapar da loucura de serem mães totalmente satisfeitas e preenchedoras de suas crianças. Em vez de felicidade a dois, é uma loucura a dois que estará de fato em questão, a criança tornando-se inexoravelmente o objeto de sua mãe, destruída por ele, ao mesmo tempo que destruído por ela” (1998, p.16).

É nessa linha de pensamento que vislumbramos essa psicanalista, depois de um longo curso de trabalho nessa clínica precoce, propor uma ética para nortear nossas intervenções, quando diz:

“Não se ataca impunemente o mito em relação à mãe, o mito do amor absoluto. Contudo ninguém ignora que o amor passional, animal, carrega em si uma promessa de morte. Demasiado fusional, ele está mais próximo da morte que da vida. Pensar que existiria um amor materno sem violência, sem ódio, sem ambivalência seria tão radical quanto negar a existência do inconsciente” (1998, p.28).

A psicanálise nos presenteia, por meio de seu processo terapêutico, com a possibilidade da simbolização. Desta forma, acreditamos que, abrindo um espaço acolhedor para o imaginário manifestar-se, estaremos contribuindo para que tanto a criança, quanto os pais e ainda os profissionais possam pela linguagem exprimir suas lembranças, seus sentimentos, suas dores e, dessa maneira, apropriar-se de suas histórias.

b) A desvalorização da mãe real

Nesse jogo, em que os extremos se digladiam, tudo aquilo que estiver representando o desprazer e o diferente passaria a existir – como já havíamos assinalado – substancialmente, na condição de fantasmas do mal que pressionariam pelo retorno.

Para não os deixar emergir, uma das táticas da defesa é desvalorizá-los. Assim, a mãe real, esta que estamos chamando de desmi-lingüida, é abominada, ridicularizada, desafiada naquilo que se mostra incompetente, ou seja, no desempenho da função materna.

Dizia a enfermeira em tom de desafio:

“Hoje é tu que vais começar a ter trabalho, hoje é tu que vais limpar o cocô dela e trocar a fralda. Meus dias de mãe da Vera estão contados, e os teus de madrasta estão se acabando. Aproveitem bem os dias de madrasta, pois todos os bebês que passam por

aqui, e enquanto estiverem aqui, são meus filhos, e eu sou a mãe, e vocês são as madrastas”.

É por isso que alertamos para o perigo de se manter as relações (pais e bebê, profissionais e mãe) sob o domínio das idealizações, pois estas, se não trabalhadas, e à solta no psiquismo, tornam os laços frouxos e frágeis, e, paradoxalmente, rígidos, por se tornarem incapazes de suportar as decepções.

Lembremos que, por diversas vezes, Freud atribuiu à natureza do amor pré-edipiano, exigente e exclusivista, uma das razões pelas quais a relação entre a filha e a mãe sucumbiria “à hostilidade acumulada”. “Uma poderosa tendência à agressividade está sempre presente ao lado de um amor intenso, e, quanto mais profundamente uma criança ama seu objeto, mais sensível se torna aos desapontamentos e frustrações provenientes desse objeto; e, no final, o amor deve sucumbir à hostilidade acumulada” (1933[1932], p.123)

c) O retorno do recalcado

Temos o conhecimento de que, próprio das leis psíquicas, os materiais submersos pressionam para voltar à superfície. A clínica psicanalítica tem mostrado como o psiquismo da mulher durante a gravidez e no puerpério, pela fragilidade em que se encontra, é um campo fértil para a ambivalência manifestar-se em toda sua potência⁵.

M. Bydlowski, mergulhando na pesquisa sobre a natureza das alterações psíquicas que acometem as mulheres na gravidez e no pós-parto, diz que:

“Podemos explicar, assim, por que a problemática das mulheres normais (grávidas e puérperas) foi considerada como patológica. A intensidade com que ressurgem certos fantasmas regressivos e o fluxo das memórias infantis, expressas sobre um modo nostálgico, contrastam com a ausência de um discurso racional sobre a realidade do feto. Este fluxo regressivo e memorativo de representações testemunha a transparência psíquica característica desse período da vida” (1995, p.96).

Como então esperar que nessa mulher (ou em quem quer que esteja funcionando na posição de mãe) prepondere a Mãe pré-edipiana: todo-poderosa, que tudo pode dar, porque tudo possui, capaz de preencher e satisfazer todas as demandas de seu bebê e de se sentir totalmente preenchida por ele. A realidade clínica parece mostrar-nos o quanto e como a mulher, diante da maternidade, é constituída muito mais de uma fragilidade impiedosa, do que de uma fortaleza imperiosa.

Enquanto psicanalistas, acreditamos ser fundamental que essa mulher (ou qualquer pessoa que esteja cuidando do bebê) possa se posicionar, de tal forma que faça emergir o sujeito do desejo. Vejamos o que diz Lacan (1953-4):

“Então, o que quer dizer o olho que está aí? Quer dizer que, na relação do imaginário e do real, e na constituição do mundo tal como ela resulta disso, tudo depende da situação do sujeito. E a situação do sujeito – vocês devem sabê-lo desde que lhes repito – é essencialmente caracterizada pelo seu lugar no mundo simbólico, ou, em outros termos, no mundo da palavra” (p.97). “...por causa da má posição do olho, o ego não aparece pura e simplesmente” (p.106).

Stern (1997) prevê que a mulher, diante da real condição da maternidade, precisa de uma rede de sustentação, em que possa apoiar-se e possa desempenhar seu papel maternal, por um período inicial. Rede essa tecida, segundo ele, pelo apoio do pai, dos avós, das babás, etc.

Acrescentamos também, nessa rede de apoio, o trabalho dos psicanalistas, quando, na posição transferencial, dispõem-se a escutar homens e mulheres que, por suas histórias cotidianas, rememoram os fantasmas infantis com todas as agruras e com todos os deleites que eles carregam, especialmente diante da estonteante experiência de ser pai e de ser mãe. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bydlowski, M. (1995). *La dette de la vie. Itinéraire psychanalytique de la maternité*. Paris: PUF.
- Chemama, R. (1995). *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Freud, S. (1931). Sexualidade feminina. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad.) (Vol. 21). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- (1933[1932]). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXXIII. Feminilidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad.) (Vol. 22). Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1994.
- Lacan, J. (1953-4). *O seminário, Livro I, Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1979.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1983). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Mathelin, C. (1998). *Le sourire de la Joconda. Clinique psychanalytique avec les bébés prématurés*. Paris: Denoël.
- Sales, L. M. M. (1992). *A negação do mal. As idéias de infância no imaginário adulto: um processo de idealização*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- (1999). A “loucura” das mães: do desejo à realidade de filho. Trabalho apresentado no Encontro Nacional sobre o Bebê: Psicanálise e Prevenção. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica, 23 e 24 de outubro de 1999.

- Stern, D. N. (1997). *A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/bebês*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Thomas-Quilichini, J. (1998). O conceito de representação. In *Dicionário de psicanálise: Freud & Lacan, 2*. Salvador, BA: Ágalma.

NOTAS

¹ Termo usado por Freud para referir-se ao lugar daquele que se ocupa do bebê. Segundo Thomas-Quilichini (1998), tal como “o *Nebenmensch*, o Outro, esse termo lacaniano permite designar, sob um termo único, se bem que de modo anacrônico aqui, aquilo que Freud situa, por meio de termos bastante variáveis, acerca da função daquele que se ocupa do lactente” (p.76).

“...um Outro que não é um semelhante, que J. Lacan escreveu com um A maiúsculo, um ‘grande A’ ... Lugar em que a psicanálise situa, além do parceiro imaginário, aquilo que, anterior e exterior ao sujeito, não obstante o determina” (Chemama, 1995, p.156).

“Mãe suficientemente boa” ou “Mãe dedicada comum” foram designações usadas por Winnicott para referir-se a essa posição especial que o ser humano (mãe, ou quem quer que cuide do bebê) precisa desempenhar, para que uma criança possa se constituir.

Vemos que, de uma forma ou de outra, a trajetória da psicanálise, no que tange à estruturação psíquica do sujeito nos primórdios de sua existência, vem selar a posição determinante da Mãe (ou seu substituto), enquanto representante simbólico.

² A tradução do francês dos parágrafos utilizados, do livro de Mathelin, ao longo do artigo, é nossa.

³ O grifo é nosso, pois objetivamos chamar a atenção para a significância dessa lógica, instalada nas relações que se estabelecem em torno da mãe e do bebê.

⁴ A tradução do francês é nossa.

⁵ Sobre esse assunto, consultar Sales (1999).

Recebido em 02/2000.